

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Especialização em Sociologia Política

A PARTICIPAÇÃO DOS CATÓLICOS CARISMÁTICOS NA
POLÍTICA BRASILEIRA

Rafael Fernando Novakoski

CURITIBA – PR

2019

RAFAEL FERNANDO NOVAKOSKI

**A participação dos Católicos Carismáticos
na Política Brasileira**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPG-POL) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) como requisito obrigatório para obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Nunes

CURITIBA

2019

Dedicatória

À Jesus Cristo, pela vida, amor incondicional a mim e a graça da efusão do Espírito Santo sobre a minha vida todos os dias, te amo Deus você é a minha razão de viver;

À minha família, pelo incentivo e amor sempre ao meu lado lutou por esta conquista.

Ao movimento eclesial da Renovação Carismática Católica (RCC), um dos braços da nossa Igreja Católica Apostólica Romana, especialmente os coordenadores do ministério de fé e política pelo apoio e incentivo nos estudos, todo o meu carinho, respeito, rogo-lhes a Graça e Paz.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento político-partidário dos políticos vinculados a Renovação Carismática Católica (RCC). A escolha dos políticos com essa filiação religiosa deu-se em razão do número expressivo de adeptos, contando com apoio da Igreja Católica e visibilidade de seus eventos em nível nacional. O estudo visa frisar quais os motivos que levaram os carismáticos católicos a adentrarem a arena política.

A pesquisa foi construída sobre o conceito de que a Igreja Católica estava gradativamente perdendo fiéis para outras denominações religiosas, e que a RCC trouxe uma sobrevida para o Catolicismo, inspirando a participação mais ativa dos fiéis leigos na Igreja. Os bispos e padres percebendo que os eventos carismáticos arrebanhavam multidões, optaram por estimular a participação dos católicos na política, com o objetivo de defender os princípios cristãos.

Palavras-chave: Renovação Carismática Católica, Representação

Política, pluralismo, democracia

Abstrat

The aim of this paper is to analyze the political party behavior of politicians linked to the Catholic Charismatic Renewal (RCC). The choice of politicians with this religious affiliation was due to the large number of supporters, with the support of the Catholic Church and visibility of its events at national level. The study aims to highlight the reasons that led the charismatic Catholics to enter the political arena.

The research was built on the concept that the Catholic Church was gradually losing believers to other religious denominations, and that the RCC brought a survival for Catholicism, inspiring the more active participation of the lay faithful in the Church. The bishops and priests, realizing that the events of the Charismatic were gathering crowds, chose to encourage the participation of Catholics in politics in order to defend Christian principles.

Key-words: Catholic Charismatic Renewal, Political Representation, pluralism, democracy

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1: Católicos Carismáticos na Política Brasileira	9
1.1: Os Carismáticos Católicos	9
1.2: Participação católica na política	13
Capítulo 2: Atuação dos parlamentares oriundos da RCC	18
2.1: A Representação Política em Questão	18
2.2: Propostas Institucionais	22
2.3: Propostas para Saúde	24
2.4: Conclusão sobre os projetos de lei	27
Considerações Finais	28
Referências Bibliográficas	31

INTRODUÇÃO

Perceberemos uma forte presença do fenômeno religioso influenciando na organização da sociedade. Andando pelas ruas dos centros urbanos, deparamo-nos com inúmeras denominações religiosas repletos de pessoas que buscam respostas para suas necessidades cotidianas.

Os veículos de comunicação tornaram-se alvos das lideranças religiosas. Pode ser vendo um canal de televisão, abrindo um jornal, navegando nas redes sociais ou sintonizando uma determinada emissora de rádio, encontramos uma extensa programação religiosa com o objetivo de angariar mais fiéis.

No campo caritativo, existem inúmeras iniciativas filantrópicas que, praticam obras sociais. Podemos citar, como exemplo, o trabalho com dependentes químicos e/ou na recuperação de alcoólatras, a ajuda financeira a mendigos, famílias carentes e instituições sociais, os trabalhos voluntários desenvolvidos em hospitais, presídios, creches e escola, dentre outros.

O mercado editorial utiliza dessa demanda para aumentar os lançamentos e às vendas de livros que fornecem conselhos e conforto espiritual para os problemas da humanidade, a exemplo de produções no campo da autoajuda ou, até mesmo, em publicações católicas (livros do Padre Jonas). No campo musical, padres cantores fazem *shows* pelo mundo inteiro arrebanhando milhares de fãs. Dentre eles, estão: Padre Marcelo Rossi, Padre Fábio de Mello, Padre Reginaldo Manzotti, entre outros.

O catolicismo sofreu várias transformações para sobreviver na sociedade brasileira. De acordo com Souza (2005), a Igreja Católica investiu milhões em marketing e publicidade em suas dioceses, o que resultou em novas estratégias de persuasão dos cidadãos. Houve uma revalorização das romarias, das missas de cura, da bênção de objetos, dos terços, das quermesses e dos shows. As missas ganharam mais dinâmica e padres cantores passaram a ter grande espaço nas atividades religiosas (a exemplo do Padre Marcelo Rossi, Padre Zezinho e Padre Antônio Maria). Todas essas ações são chamadas pelo autor de “renovação popularizadora católica”. Contudo, o maior investimento desta instituição foi a Renovação Carismática Católica (RCC) – movimento católico que nasceu nos Estados Unidos em 1967, veio para o Brasil no final da mesma década e se expandiu no início dos anos 1970. A RCC tem atraído milhões de pessoas através de seus eventos de massa, com a prática de muita música, dança, teatro, meios de comunicação, palestras (pregações) e orações. Essa nova forma de vivenciar o catolicismo tem modificado a vida de milhões de fiéis.

A reorganização das religiões no período atual atingiu a política partidária. As relações entre política e religião têm se modificado com o decorrer da democratização dos países. Podemos ver isto por meio da inserção de atores políticos religiosos aos cargos do poder executivo e do poder legislativo com o intuito de defender os interesses de denominações religiosas. Segundo Burity

(2000), essa estratégia também está relacionada com o declínio do monopólio do catolicismo na arena política. Dito de outra forma, essas novas instituições religiosas – a partir do recuo da influência do catolicismo na política brasileira e a partir do seu envolvimento com a política institucional – têm por meta a legitimação e o reconhecimento da identidade do seu grupo.

Os católicos buscam espaço na democracia brasileira. Desde a década de 1990, membros da RCC têm disputado eleições para diversos cargos (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal) e, em algumas situações, obtêm votações expressivas. De acordo com Carranza (2000), a atuação parlamentar dos políticos vinculados à RCC tem possibilitado a expansão deste movimento no país, principalmente, através da obtenção de concessão de emissoras de rádio e TV.

É nesse contexto de novas relações entre religião e política na democracia brasileira que este trabalho elege como tema de estudo a Renovação Carismática Católica. O objetivo desta pesquisa consiste em investigar como vem se dando a inserção e a atuação parlamentar dos membros da RCC na arena política. Nesta direção, pretendemos responder às seguintes questões relativas aos políticos católicos carismáticos: Quais são as razões que levaram a Renovação Carismática Católica a entrar no campo político? A formulação dos projetos de lei é pautada pelos valores religiosos definidos pela Renovação Carismática Católica?

Para dar resposta às questões, vamos contextualizar historicamente a inserção desse grupo na política.

No primeiro capítulo vamos tratar da queda da supremacia da Igreja Católica, e que com nascimento da RCC, o Catolicismo tomou novos rumos graças ao novo vigor trazido pela “efusão do Espírito Santo”. Percebendo que a RCC rebanhava multidões de pessoas, a Igreja estimula a participação dos leigos católicos para adentrarem na política, nas mais variadas esferas (legislativa e executiva), defendendo os princípios da Doutrina Social da Igreja.

No segundo capítulo veremos a atuação dos políticos eleitos apoiados pela RCC no congresso federal, os projetos apresentados na área da saúde e institucionalidade. Iremos perceber que os projetos citados, trouxeram grande repercussão nacional, e acalorando o debate em várias esferas da sociedade.

1. Católicos Carismáticos na Política Brasileira

A história política do Brasil foi marcada pela importante presença de atores religiosos, na arena política, que acabavam influenciando diretamente nos rumos da nação, a exemplo da Igreja Católica, que, por vários séculos, manteve sua supremacia. Com a redemocratização do Brasil, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, novos atores religiosos adentram o cenário político, propondo projetos de leis, representando instituições religiosas, enfim, discutindo com a sociedade civil e com os outros parlamentares sobre as medidas que o Brasil deveria adotar para seu crescimento econômico e social.

Nesse contexto, este capítulo pretende discutir a entrada dos atores religiosos no campo político brasileiro no período da redemocratização, nos anos de 1980. Para isso, vamos adentrar na atuação da Renovação Carismática Católica (RCC). Buscamos responder às seguintes questões: Quais são as razões que levaram a Renovação Carismática Católica a entrar no campo político? Quando se deu a entrada dos políticos vinculados à RCC na arena política?

O contexto brasileiro há muito é marcado por vários credos religiosos que disputam o espaço público para legitimação de suas práticas. Mais recentemente, essa tendência ampliou-se com várias instituições religiosas que passaram a apoiar os ministros ordenados e leigos a se elegerem em diversos cargos eletivos existentes para alcançar seus objetivos, que, na maioria das situações, consiste na divulgação e expansão de suas instituições religiosas. Concomitante a isto, a Igreja Católica deparou-se com um ambiente de concorrência e ameaça por outras denominações religiosas em espaço até então ocupado apenas por ela.

1.1 - Os Carismáticos Católicos

A cada ano que passa, mais denominações religiosas se fazem presentes no interior da sociedade com o objetivo da expansão de suas atividades e da conquista de novos membros. Isto é, a cada década, nota-se a perda gradativa da supremacia católica e o surgimento da pluralidade religiosa, com destaque para o crescimento dos pentecostais e sem religião.

De acordo com Oro (2003), as autoridades católicas, preocupadas com a perda de milhares de adeptos para outros credos religiosos, a partir do final do século XX, iniciaram uma série de pesquisas, elaboração de seminários, debates e reuniões entre os bispos para terem um maior entendimento do fenômeno da diversidade religiosa, das razões que levaram à perda de fiéis e para traçar metas para reter a saída de outras pessoas da Igreja Católica. A partir desses estudos, três estratégias foram adotadas: o retorno à devoção, o incentivo ao uso dos meios de comunicação e o apoio à Renovação Carismática Católica, no qual iremos detalhar um pouco mais.

Muitos bispos apoiaram as atividades da Renovação Carismática Católica, pois viam neste movimento o desenvolvimento de ações que poderiam atrair novamente as pessoas para as atividades Católicas. No entanto, Oro (2003) aponta que muitos clérigos progressistas e conservadores se posicionaram contra os carismáticos, argumentando que estes se aproximavam da doutrina dos protestantes e poderiam criar uma nova Igreja. Como resultado desse embate, em 1994, foi lançado, pela CNBB, um documento que regulamentou a ação da RCC e de todas as dioceses do Brasil.

No pontificado do Papa João Paulo II, incentivou-se a expansão mundial de movimentos criados por leigos¹ que tivessem alinhamento com a hierarquia católica, com o intuito de trazer novos fiéis para o catolicismo. Dito de outra forma, esses movimentos contariam com maior participação dos leigos nas atividades católicas com a supervisão do Clero. Um exemplo desses movimentos é a Renovação Carismática Católica.

Segundo Prandi (1998), perante toda a concorrência religiosa na sociedade brasileira, o catolicismo investiu na Renovação Carismática Católica. Este movimento católico pode ser pensando em uma dupla reação: uma delas, para fora do catolicismo, isto é, tendo como principal adversário os evangélicos pentecostais, a RCC seria uma maneira de minar o crescimento destes religiosos e, simultaneamente, evitaria a perda maior de católicos; a outra reação seria para dentro da própria Igreja, tentando enfraquecer os adeptos de posições de esquerda católica, a exemplo da Teologia da Libertação (TL) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

A Renovação Carismática Católica, de acordo com Carranza (2000), surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, em um retiro feito por docentes e universitários que tinham como meta vivenciar um catolicismo que propiciasse uma renovação espiritual. Influenciado pelo avivamento protestante, esses católicos começaram a orar em línguas estranhas e orar em nome do Espírito Santo. Esse movimento foi chamado, inicialmente, de pentecostalismo católico, e tinha por característica o uso dos dons carismáticos – oração em outras línguas, exorcismos, curas e milagres. Em outras palavras, uma das finalidades dos carismáticos era levar seus membros à “Efusão do Espírito Santo”².

¹ Leigos entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja se no mundo. (LUMEN GENTIUM, 1962, § 31)

² Os eventos espirituais realizados pela RCC têm por finalidade resgatar a experiência que os apóstolos tiveram após a morte de Jesus. De acordo com a Bíblia, os membros da RCC acreditam que estes seguidores de Cristo tiveram contato com o Espírito Santo, que transformou toda a maneira de viver e enxergar a vida. Esses indivíduos falavam em outras línguas, profetizavam, e aconteciam curas e milagres em virtude da manifestação do Espírito Santo. Esse acontecimento era chamado de “Batismo no Espírito Santo” ou “Efusão do Espírito Santo”, fazendo alusão à festa de Pentecostes, consequentemente, à base do movimento pentecostal. A “Efusão no Espírito Santo” é uma experiência que, normalmente, decorre de um momento de oração e pela qual a pessoa adquire um novo e apurado senso de valor espiritual. Como primeiro resultado deste ‘batismo’, verifica-se o desejo pela oração e pela vida na Igreja.

A RCC chega ao Brasil no início da década de 1970, por meio dos padres jesuítas Eduardo Dougherty e Haroldo Rahm, que, a partir de Campinas, propagam o movimento para todo o território nacional. De acordo com Prandi (1998):

O crescimento da RCC foi tão rápido, já no ano seguinte de sua fundação, um congresso nacional realizado nos Estados Unidos reunia uma centena de pessoas. Logo se fez o primeiro congresso internacional e muitos nacionais pelos mais diferentes países. A RCC se alastrava aparentemente sem maiores obstáculos. Em 1974, no segundo congresso internacional, participaram mais de trinta mil pessoas, vindas de 25 países. Calcula-se que a RCC já atingia, nessa época, cerca de oitocentos mil membros espalhados pelos quatro cantos do mundo (PRANDI, 1998, p.70).

A experiência da “Efusão do Espírito Santo” é vivenciada no Grupo de Oração Carismático, sendo a estrutura base deste movimento, organizado, geralmente, nas paróquias e liderados por leigos. Eles são formados por um número variado de pessoas, em reuniões que acontecem semanalmente. As reuniões são bem animadas, com muitos cânticos de louvores a Deus, a Maria e aos Santos da Igreja. As orações são centradas na figura do Espírito Santo, pois acredita-se que este é o meio eficaz para as bênçãos de Deus. Conforme mostra Carranza (2000), as reuniões de orações são compostas de muita emoção, animação, solidariedade, ajuda psicológica e pregações. Neste sentido, a RCC consegue amortecer as aflições emocionais e materiais perante os problemas psíquicos e sociais:

Em primeiro lugar pela capacidade da RCC vem mostrando de entrar em sintonia com o imaginário mítico miraculoso, presente na religiosidade popular. Utilizando-se de recursos religiosos (cura, libertação, milagre, exorcismo) e incorporando habilmente elementos subjetivos (emoção, sentimento, conforto, tranquilidade), os carismáticos conseguem amortecer a aflição sofrida pelos fiéis diante de realidades sociais caóticas, nas quais as agências seculares (Estado, escola, direito, saúde...) estão cada vez mais ausentes. Na RCC, o fiel encontra recursos que o ajudam a suportar o atrito da vida cotidiana, como o atestam os inúmeros testemunhos de cura escutados nos cultos de libertação (CARRANZA, 2000, p.57).

Além dos grupos de oração, a RCC possui comunidades carismáticas. São instituições autônomas que possuem um trabalho específico na sociedade, como trabalhos com dependentes químicos e/ou alcoólatras, visitas a orfanatos, creches, presídios, escolas, bairros pobres, dentre outros. Essas comunidades podem ser de *vida*, quando seus membros identificados com sua forma de evangelização deixam sua vida secular e se dedicam às atividades da obra. Mas também podem ser de *aliança*, em que os membros possuem uma ligação com a comunidade sem se desvincular da vida cotidiana. Neste sentido, podemos citar o exemplo da Canção Nova, Shalom, Bethânia, etc.

Para a divulgação e expansão do movimento, desde o princípio, os integrantes da Renovação Carismática Católica, para melhor promover suas atividades, sentiram a necessidade de organizarem-se, contando com equipes de âmbito local, regional, nacional e internacional. No nível regional, cada

diocese possui um coordenador responsável pelas atividades do movimento naquela região. Este, por sua vez, é subordinado a um coordenador estadual, e este último, a um coordenador nacional. Independente do âmbito da regionalização, cada coordenador conta com um grupo seletivo de membros de sua confiança para ajudar na administração e orientação do movimento. Ou seja, cada liderança do movimento possui seu conselho, que lhe auxilia nas tomadas de decisões.

Jurkevics (2004) mostra que a organização burocrática e institucional do movimento transcende o Brasil. A RCC na América Latina organiza suas atividades e atende às suas necessidades por meio do Conselho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediado em Bogotá, na Colômbia. Internacionalmente, existe a ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Services), em funcionamento desde 1970, na cidade de Roma, na Itália.

A ICCRS é o Conselho deliberativo da RCC, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e doze conselheiros representativos das diferentes realidades da Renovação Carismática Católica e das zonas geográficas nas quais está presente. Para realizar suas funções, o Conselho é acompanhado por um Bispo, em qualidade de assistente espiritual. A atuação das decisões do Conselho é centralizada em um escritório, guiado por um diretor executivo encarregado da administração, que atua sob a supervisão do Presidente e com base nas orientações dadas. O Conclat e os Conselhos nacionais, estaduais e diocesanos seguem o mesmo modelo. Jurkevics (2004) nos mostra:

A RCC apresentou-se como um movimento religioso que se distanciou de outros que a Igreja conheceu no decorrer do último século. Seu núcleo é basicamente laico, apesar de contar com a presença e orientação de padres e religiosos e de sua sede situar-se em Roma. A central latino-americana, denominada Conselho Carismático Católico Latino-Americano (Conclat), sediada em Bogotá, na Colômbia, se encarrega de preparar os encontros bienais dos líderes. Esses encontros, segundo PRANDI (1998) seguem, pelo menos formalmente, as orientações do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Em cada país, um conselho nacional se responsabiliza pela definição de projetos e pelo acompanhamento da vida dos grupos de oração – base da vida carismática. Esses grupos se reúnem semanalmente em busca de uma renovação espiritual, numa complementação às práticas sacramentais, fundamentada nos vários tipos de orações e cânticos, considerados como uma forma alternativa de oração, além da leitura da Bíblia e de testemunhos pessoais (JURKEVICS, 2004, p. 75).

Carranza (2000) salienta que a RCC, em virtude da sua organização estrutural, tornou-se extremamente centralizadora, burocrática e institucionalizada. Esta forma de organização permite melhor controle de suas atividades, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de expansão, elaboração de formações para fortalecer os grupos de oração e outras atividades, além de submissão a instâncias eclesiais. Bispos e Padres têm investido em suas dioceses em eventos da RCC que costumam atrair centenas de pessoas. Entre estes, estão: *shows* musicais, projetos sociais, retiros, missas de cura, rebanhões, hallels, cenáculos, congressos e inserção nos meios de comunicação.

Camurça (2009) salienta que foi por meio das ações da Renovação Carismática Católica que o catolicismo intensificou sua presença na mídia. Em termos práticos, ocorreu o ajustamento do conteúdo católico com os avanços tecnológicos. Emissoras de TV, rádio, portais da *internet* e outras formas de comunicação utilizam uma linguagem simples, rápida, equipamentos dos mais avançados e modernos na construção de seus programas para atrair cada vez mais fiéis dentro de uma lógica de mercado extremamente competitiva. Para isto, as mídias católicas elaboram programas atrativos com jogos, músicas para todos os públicos, debates, programas de auditórios interativos, pregações, missas, momentos marianos para que o fiel, em sua casa, possa ter contato com a doutrina.

Uma das emissoras mais conhecidas pelos católicos foi fundada pelo Pe. Eduardo Dougherty, cujo nome é Século 21 da Associação do Senhor Jesus (ASJ). Partindo da venda de material religioso, tal como livros de formação e de cânticos, busca atingir a realização de programas de TV.

Também se destaca, nos meios de comunicação, a Comunidade Canção Nova. Iniciada em 1974, na cidade de Lorena, a Comunidade adquiriu uma Rádio em 1980, em Cachoeira Paulista e, mais adiante, em 1989, conseguiu uma concessão de TV. Através da Fundação João Paulo II, a Rede Canção Nova TV é o canal católico que mais cresce no Brasil, possui retransmissoras em todas as regiões do país e está também presente na Itália e em Portugal.

Em 1995, foi fundada a Rede Vida de Televisão, na cidade de São José do Rio Preto. Tal canal de televisão destaca-se no universo católico pela exibição, ao vivo, das missas *shows* do Padre Marcelo Rossi e das novelas do Divino Pai Eterno do Padre Robson de Trindade, no Estado de Goiás.

De acordo com Prandi (1998), um dos objetivos da RCC é a renovação interior do indivíduo, sua conversão pessoal ao catolicismo. Depois que a pessoa passou por este processo, está apta para atuar no campo político e social. A mudança social e política, na visão dos carismáticos, começa a partir da mudança de vida das pessoas e não por uma mudança inicial das estruturas sociais e políticas do país.

1.2 – Participação católica na política.

A participação católica nos partidos políticos, no período da redemocratização do Brasil, se deu pelos políticos ligados a movimentos conservadores, como a Opus Dei, Tradição, Família e Propriedade (TFP) e leigos ligados a bispos conservadores se fizeram representar em vários partidos e participaram das discussões nas comissões da Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988.

Os políticos ligados ao cristianismo defendiam posições acerca da defesa da família, da propriedade privada, contra o aborto e favoráveis a alguns pressupostos moralistas defendidos pelos católicos. Alguns desses políticos, em 1988, ainda são as principais lideranças da fundação do PSDB,

após a dissidência com o PMDB. Em função do ideário conservador e com interesses de expansão de suas atividades, os carismáticos adentram o cenário político e elegem seus primeiros representantes no início da década de 1990, pelo PSDB.

De acordo com Carranza (2000), a participação da RCC no cenário político se deu pela participação partidária. O primeiro parlamentar eleito como Deputado Federal (pelo Estado de Minas Gerais), no início da década de 1990, foi Osmânio Pereira (PSDB/MG), então coordenador nacional do movimento. Em Campinas, foi eleito Salvador Zimbaldi (PSDB/SP) – pregador e coordenador da RCC local, apoiado pelo Padre Eduardo (dono da emissora de TV século 21) – como vereador, em 1988 e 1994, e Deputado Federal nas eleições seguintes. Outros políticos expressivos na RCC se elegeram em seus primeiros cargos pelo PSDB: ex-vereador e atual Deputado Federal Gabriel Chalita (eleito vereador pelo PSDB/SP), ex-Deputado Federal Miguel Martini (hoje filiado ao Partido Humanista Solidariedade – PHS – mas eleito Deputado Estadual pelo PSDB/MG), dentre outros. A RCC se utiliza de cartilhas e eventos para orientações políticas, abre espaços em seus grupos de oração e meios de comunicação para propaganda dos políticos, além de dar apoio explícito a certos candidatos:

Uma mudança percebida na RCC se refere ao campo político, onde se encontram as maiores divergências entre a teologia da libertação e esse movimento. Apesar de existir um aparente consenso que a primeira se preocupa com o social e a RCC com o espiritual, na prática, esse consenso não ocorre: o movimento carismático tem o objetivo de ocupar o poder público por meio da política partidária desde suas origens. No Brasil, incentiva seus membros e lideranças a candidatar-se com uma orientação política definida (legislar em nome do movimento da Igreja e de Deus), estratégia traçadas (cartilhas, eventos, utilização de grupos de oração como plataforma política, apoio explícito da hierarquia) e articulação interna (Secretária Matias, de fé e política) (CARRANZA, 2000, p. 38).

Inicialmente, existia um desinteresse, por parte dos líderes da RCC, pela participação política dos seus membros. Quando estes entravam no cenário político, rejeitavam a proposta de luta política da ala progressista da Igreja e optavam pela via partidária com posições políticas bem definidas. A RCC conseguiu eleger Deputados Federais e Estaduais, vereadores e prefeitos em vários estados do Brasil.

Com a candidatura de várias lideranças a cargos políticos, em 1995, a RCC organizou a Secretaria Matias, que seria uma comissão responsável por organizar as questões relativas à RCC e à política no plano nacional. Esta comissão foi rotulada, nos anos 2000, como Ministério Fé e Política, e tinha por finalidade incentivar seus membros a participarem da política partidária, desenvolver trabalhos de conscientização do voto e lutar pela concretização dos direitos previstos por leis, além de ajudar as comunidades com orientações no período eleitoral, e campanhas educativas – preservação da ecologia, ética e direitos humanos – luta pela cidadania, evangelização no meio político, projetos sociais, seminários à luz de temas ligados à Doutrina Social da Igreja.

Carranza (2000) salienta que o sucesso eleitoral dos candidatos da RCC está relacionada com

o fato de que os grupos de oração são usados como palanques eleitorais, e os líderes da RCC, dentre eles o Padre Eduardo, ensinam que os católicos precisam de representantes na política para defender os interesses da Igreja e que cristão vota em cristão. Um dos interesses da Igreja consistia na obtenção de uma concessão de TV para a Comunidade da Associação do Senhor Jesus, em Valinhos, para a retransmissão do conteúdo católico. A Concessão foi concedida pelo ministério das comunicações em 1999, e assim nasceu a TV Século 21

Ozai (2007) aponta que houve uma mudança política da RCC, avessa à participação política e a uma inserção significativa na área política, sobretudo por meio pela via partidária. Isto é explicado por dois motivos: o primeiro seria a própria pressão do Clero Católico, dos agentes da ala progressista, dos documentos católicos incentivando os católicos a se engajarem politicamente; o segundo motivo seria que as próprias lideranças da RCC, por iniciativas individuais, se candidatavam a cargos eletivos, ganhavam e ainda tinham uma expressão significativa de votos. Como foram vários os eleitos e candidatos ligados à RCC, o movimento se viu obrigado a organizar diretrizes nacionais para regulamentar a participação de seus membros na política.

Analisando as cartilhas, os documentos e as entrevistas sobre as orientações políticas da RCC, Ozai (2007) conclui que os direcionamentos ensinam os católicos a defenderem os interesses do bem comum (entende-se por bem comum os direitos e deveres do gênero humano). Em outras palavras, o fiel, em âmbito público, precisa defender os interesses de todos. E estes interesses estão ligados à recuperação da moralidade da vida pública, à conversão dos políticos, e à implantação dos direcionamentos da Doutrina Social da Igreja.

A noção de política entendida por este grupo, de forma teórica, equivale à luta pela cidadania, à participação política dos seus membros e outras atividades de conscientização política. No exercício prático, a participação política tem se reduzido apenas à política partidária, com o intuito de eleger seus representantes, e que estes sejam, no campo político, porta-vozes de suas necessidades.

De acordo com Miranda (1999) os intelectuais da RCC não apoiam nenhum partido político ou candidatura – assim, a iniciativa das candidaturas são de caráter pessoal do político. No período das eleições, a RCC utiliza seus grupos de oração e outras atividades promovidas pelo movimento, como espaços para propaganda política, e, ainda, seus fiéis são recrutados como cabos eleitorais.

Se até as eleições de 1996 os carismáticos se candidatam por diferentes partidos (embora o mais frequente seja o PSDB), a partir de 1997, o até então quase inexpressivo PSN – Partido Solidarista Nacional, depois de reformulado e renomeado Partido da Solidariedade Nacional, passa a aglutinar esses parlamentares e a abrigar as candidaturas que surgem nestas eleições de 1998. Parece que estamos assistindo a uma estratégia de reforço de uma agremiação que tenha "a cara" da RCC, ou, como prefere Paulo Mindello, "da doutrina social da Igreja". A ação política dos grupos religiosos aqui considerados é fundamentada numa particular concepção do religioso e do político, e numa valorização da militância política, que implicam uma construção de sentidos (MIRANDA, 1999, p.74).

Segundo Miranda (1999), os políticos católicos carismáticos se candidatavam por diversos partidos e por iniciativas pessoais. No entanto, o ex-Deputado Federal Miguel Martini (PHS/MG), em 1996, sai do PSDB e, juntamente com outras lideranças políticas, cria o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) (em 2000, passa a se chamar PHS). A autora ressalta que Martini era uma das expressões mais influentes neste partido, que tem o objetivo de aglutinar todas as candidaturas carismáticas e usa-se de uma estratégia. As ideias contidas no estatuto do PHS são baseadas na Doutrina Social da Igreja Católica. Dito de outra forma, tendo um partido organizado sob a égide de um ideário católico, ele poderia atrair a candidatura dos carismáticos de todas as regiões do país, promover o crescimento do PHS em todo o território nacional e ter o apoio dos clérigos, formando, assim, um “partido carismático”.

Machado (2004) aponta que o crescimento do PHS, sobretudo em Minas Gerais, deu-se pelo trabalho político realizado por líderes carismáticos. Como exemplo, Miguel Martini, juntamente com outras lideranças da RCC, ocupa cargos administrativos e da diretoria do PHS. Este político tem andado por várias cidades do Estado de Minas Gerais, fortalecendo ou implantando o partido. Isto ocorre a partir do estreitamento de alianças com lideranças políticas locais e com os conselhos diocesanos da RCC. A ideia é inserir na coordenação das regionalidades do PHS, membros ativos do pentecostalismo católico, com o intuito de preservar a intrincada relação do DSI com o estatuto do partido e, ainda, manter a relação direta com o movimento.

O crescimento do PHS em todo o Brasil, sobretudo no estado supracitado, tem possibilitado uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para atuação dos seus filiados. Nesse sentido, os membros deste partido, que estão ligados intimamente com a RCC, de alguma maneira, passam a ser porta-vozes na esfera pública. Miranda desvela que o apoio dos carismáticos católicos na maneira de agir politicamente e na organização do PHS tem o intuito de representar seus interesses junto às repartições do Estado.

Machado (2004), analisando a atuação deste partido frente aos projetos de lei, conclui que o posicionamento e as estratégias de atuação estão sempre ligados aos valores e direcionamentos defendidos pela Igreja Católica e pela Renovação Carismática Católica. O PHS posiciona-se contrário à legalização do aborto, ao casamento de homossexuais e à permissão de adoção a eles, contra a eutanásia, os métodos contraceptivos e o erotismo. Luta por investimentos nas áreas sociais e pela intervenção do Estado na economia. No entanto, por mais que o PHS³ defendesse interesses dos católicos, muitos políticos eleitos pela RCC preferiram não mudar de partidos. Isto pode ser explicado pela divergência de ideias entre os próprios políticos vinculados à RCC e os vários partidos interessados no eleitorado carismático que investem nas candidaturas desses políticos, não precisando

³ Com o incorporação do PHS ao PODE em Setembro de 2019, não podemos afirmar a relação entre a RCC e a nova legenda. Somente as pesquisas futuras irão revelar .

assim, trocar de agremiação partidária.

Não é qualquer membro da RCC que terá apoio do movimento nas disputas eleitorais. O candidato precisa ter pré-requisitos para que se oficialize este apoio, de acordo com o manual produzido pelos carismáticos:

(...) ter conhecimento e compromisso com a Doutrina Social Cristã a fim de defender os valores cristãos contra projetos que ferem o direito, a cidadania e a vida como: aborto, pena de morte, entrega do patrimônio público ao poder econômico, leis que provocam desemprego estrutural, etc;
Ser capaz de se posicionar contra todas as formas de injustiças sociais, denunciando-as e se opondo a elas nas votações, mesmo que lhe custe a perda de espaço político no partido e junto ao poder executivo;
Ter um conselho representativo que possa orar, discernir e contribuir diretamente nas decisões políticas do mandato, utilizando-se dos carismas e sinais tão amplamente utilizados na caminhada de fé de conselhos, ministérios e comunidades ligadas à espiritualidade da RCC. Por isso, o candidato deverá indicar seu conselho e assumir o compromisso de reunir-se com ele, pelo menos uma vez por mês, para acompanhamento do mandato;
Ter participação, contribuição e Unidade com a Igreja e a RCC na diocese, com pelo menos 5 anos de caminhada nos Grupos de Oração e Evangelização em Comunidades ligadas ao Movimento. (NASCIMENTO, 2006, p..79)

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, todos os candidatos recrutados serão acompanhados por um Conselho. Este Conselho deverá ser composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC. Desde a elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de *marketing*, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores em reuniões mensais. Esses acompanhamentos se darão após as eleições, caso o candidato seja eleito, para fiscalização de suas ações na arena política. Dito de outra forma, a instauração de uma metodologia de acompanhamento de seus políticos no processo eleitoral brasileiro consiste em uma estratégia da RCC de regular e fiscalizar as atividades dos seus acompanhados. Isto é, na prática, quando o Conselho elabora direcionamentos a ser executados pelo seu representante, significa o controle da RCC no mandato do político ou da campanha eleitoral do candidato, evitando, assim, que o mandatário trace ações de acordo com os seus interesses em detrimento dos interesses da própria RCC.

Nesse sentido, confirma-se a nossa hipótese de que o catolicismo estaria tentando manter sua hegemonia no campo político por meio da RCC. Com a inserção dos políticos evangélicos, sobretudo pentecostais, na esfera política após a redemocratização, a Igreja Católica, gradativamente, viu cair sua influência na política nacional. Da mesma forma que o apoio à RCC em suas atividades evangelizadoras em todos os segmentos da sociedade, a política não ficou de fora dessas estratégias. Percebemos isto pelas várias inserções da RCC na arena política.

Capítulo 2 – A atuação dos parlamentares oriundos da Renovação Carismática Católica (1990-2010)

A cada eleição, no Brasil, o número de políticos ligados a alguma instituição religiosa aumenta. Isso tem despertado o interesse de vários estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento. Porém, poucas são as pesquisas que procuram compreender a atuação parlamentar.

A análise da atuação parlamentar dos atores religiosos é muito importante, pois nos ajuda a entender como as diferentes instituições religiosas se fazem representar na arena política, as estratégias para aprovar seus projetos de acordo com seus interesses, as idéias defendidas por elas, os embates com outros grupos, sobretudo os antagônicos aos seus objetivos e como isso afeta todo o processo eleitoral brasileiro.

Para contribuir com a dimensão política da representação dos católicos carismáticos, o objetivo deste segundo capítulo é analisar o comportamento político dos deputados federais a partir do conteúdo dos projetos de lei propostos. Para isso, buscamos responder às seguintes perguntas: Qual é o conteúdo desses projetos de lei? Esses projetos beneficiam somente os membros da Renovação Carismática Católica? Esses projetos estão alinhados com os interesses propalados pelos carismáticos ou estão relacionados com os dogmas mais gerais da Igreja Católica? Ou esses projetos de lei apresentados estão de acordo com as orientações partidárias dos seus formuladores?

Para responder a essas e outras perguntas coletamos os projetos de lei nas áreas da saúde e institucionais, apresentados pelos deputados acompanhados pela RCC, independente da sua aprovação ou não, no período de 1990 até 2010. O conteúdo desses projetos foi coletado da Câmara federal.

Tendo como critério de seleção a apresentação de, ao menos, um projeto no congresso nacional na área da saúde e institucional, selecionamos os seguintes parlamentares: o ex-Deputado Federal Osmânio Pereira (PSDB/MG), o ex-Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PDT/SP), o ex-Deputado Federal José Carlos Stangarlini (PSDB/SP), onde suas propostas tomaram uma grande repercussão, gerando debate na sociedade.

2.1– A Representação Política em Questão

Desde o século XVIII, várias transformações vêm ocorrendo nos sistemas políticos em diversos países do mundo. A secularização, nesses países, tem contribuído para a quebra do monopólio político de algumas elites que já estavam no poder há vários anos. Neste contexto, o sistema democrático tem ganhado força e sendo adotado por vários povos, e elementos democráticos têm sido inseridos na organização política dos países.

Para Dahl (2001), para que um país possa ser chamado de democracia precisa ter: garantia do funcionamento de fontes de informação diversificadas; cidadania inclusiva; eleições livres, justas e frequentes, nas quais todos tenham acesso ao voto; fiscalização dos poderes; autonomia das associações. São elementos básicos para a implementação e a consolidação de uma democracia:

Funcionários eleitos: O controle das decisões do governo sobre a política é investido constitucionalmente a funcionários eleitos pelos cidadãos.

Eleições livres, justas e frequentes: Funcionários eleitos são escolhidos em eleições frequentes e justas em que a coerção é relativamente em comum.

Liberdade de expressão: Os cidadãos têm o direito de se expressar sem o risco de sérias punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo a crítica aos funcionários, o governo, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente.

Fontes de informação diversificada: Os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, revistas, livros, telecomunicações e afins.

Autonomia para as associações: Para obter seus vários direitos, até mesmo os necessários para o funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, como também partidos políticos e grupos de interesses.

Cidadania Inclusiva: A nenhum adulto com residência permanente no país e sujeito a suas leis podem ser negados os direitos disponíveis para os outros e necessários às cinco instituições políticas anteriormente listadas. Entre esses direitos, estão o direito de votar para a escolha dos funcionários em eleições livres e justas; de se candidatar para os postos eletivos; de livre expressão; de forma e participa de organizações políticas independentes; de ter acesso a fontes de informações independentes; e de ter direitos a outras liberdades e oportunidades que sejam necessárias para o bom funcionamento das instituições políticas e da democracia em grande escala (DAHL, 2001, p. 35).

No caso do Brasil contemporâneo, além da adesão a todas essas características próprias de uma democracia, a sociedade brasileira vem passando por um período de redemocratização, sendo que, a última assembleia constituinte ocorreu 1988. Isso porque, de acordo com Dahl (1997), duas categorias de análise são cruciais para observamos esse movimento do sistema político de um país: a inclusão (participação) e a competição. Em outras palavras, estas categorias definiriam o quão democráticas as sociedades analisadas seriam, de fato. A participação diz respeito à extensão da participação política da população de um Estado-nação. A competição se refere à existência de disputas pelo poder no interior desta sociedade. De acordo com a teoria de Dahl (1997):

É dispensável dizer que, na falta do direito de exercer a oposição, o direito de “participar” é despojado de boa parte do significado que tem em um país onde existe contestação pública. Um país com sufrágio universal e com um governo totalmente repressivo certamente proporcionaria menos oportunidades a oposição do que um país com um sufrágio limitado mas com um governo fortemente tolerante. Consequentemente, quando os países são classificados exclusivamente de acordo com a sua capacidade de inclusão sem levar em conta as circunstâncias ambientes, os resultados são anômalos. No entanto, desde que tenhamos em mente o fato de que a abrangência do “sufrágio” ou , mais genericamente, de que o direito de participar indica apenas uma característica dos sistemas, característica esse que só pode ser interpretada no contexto de outras, ela é útil para distinguir por sua capacidade de inclusão (DAHL, 1997, p. 25)

Nesta perspectiva, novos grupos são formados no interior das sociedades e, em busca de legitimação dos seus interesses, se utilizam de todos os meios políticos para a concretização destes objetivos. Em outras palavras, o grupos sociais buscam, na representação política, a aprovação de leis ou recursos políticos para que seus ideais sejam reconhecidos publicamente. Manin (1997) elenca quatro princípios que são pertinentes ao governo representativo.

O primeiro princípio do governo representativo é o de que os representantes são eleitos pelos governados. A representação política existe quando os políticos são escolhidos periodicamente pelos eleitores por meio das eleições, não necessariamente havendo identificação do representante com os representados. Isso se deve a dois fatores: a) o poder não é passado a uma pessoa por critérios sobrenaturais ou tradicionais, e sim, pelo consentimento do povo – as eleições são um método de escolha dos que devem governar e de legitimação do poder, e não de imposição de preferências individuais ao restante da sociedade; b) os representantes podem ter uma condição cultural e social diferente do restante da população, desde que o povo permita que este governe a sociedade – nesta situação, a população exerce influência sobre a administração do eleito, podendo destituí-lo do cargo ou não, reelegendo-o nas próximas eleições.

O segundo princípio é o de que os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores. Mesmo tendo sido escolhido pelos eleitores, o representante possui certa autonomia na sua atuação parlamentar. No governo representativo, não se permite que os eleitores tenham o poder de revogar alguma lei criada por este político, ou obrigá-lo a agir de determinada forma. Isto é, os políticos não possuem a obrigação de fazer as vontades de seus eleitores. Muitos o fazem para serem reeleitos nos pleitos posteriores.

O terceiro princípio formulado por Manin (1997) é o de que a opinião pública sobre os assuntos políticos pode se manifestar, independentemente do controle do governo. Existe uma conexão entre opinião pública e o governo representativo. A liberdade de expressão dos eleitores e de imprensa dos veículos de comunicação é permitida. Tanto a mídia como os eleitores podem expressar suas opiniões, paixões e ideologias aos seus representantes. Por meios dos diversos canais de comunicação, os eleitores fazem pressão para que os políticos tenham conhecimento de suas vontades, para que esses o levem em consideração em sua atuação no Congresso. Em outras palavras, o posicionamento da opinião pública independe da ação dos representantes na arena política.

O quarto e último ponto apresentado por Manin (1997) consiste em que as decisões políticas são tomadas após o debate. Isto é, o espaço político é um espaço da discussão. No governo representativo, antes de se decidir algo, há um debate na assembléia para que se chegue a algum consenso sobre a temática proferida. Esta assembléia é vista como reflexo da sociedade, tendo caráter coletivo e diversificado (teria representado vários segmentos da sociedade). Neste sentido, por meio da persuasão e do princípio da igualdade entre os parlamentares, todos podem expressar suas opiniões

e tentar convencer o outro do seu ponto de vista, evitando assim, a arbitrariedade.

Em relação ao Brasil, a liberdade de expressão e o direito de participação política fazem parte do exercício da cidadania. O sistema político, em 1979, permitiu que qualquer grupo social pudesse se organizar e tentar eleger seus representantes para cargos no executivo e legislativo. Seus representantes podem propor discussões de qualquer tema sob seu interesse como, também, opor-se a temas ou projetos de lei sugeridos por outros parlamentares. Isto nos mostra que a democracia brasileira está se consolidando, ao incluir vários segmentos da sociedade que, antes, estavam alijados do poder político, e ao garantir em lei o direito de oposição e contestação às normas e grupos vigentes.

Segundo Kinzo (1993), os partidos políticos⁴ seriam locais dos grupos sociais onde poderiam apresentar suas reivindicações e pressionar em prol de suas políticas específicas e de candidatura a cargos públicos. Neste sentido, as agremiações partidárias constituiriam espaços para o desenvolvimento de negociações e compromissos políticos.

Seguindo este raciocínio, a autora defende que os partidos políticos são relevantes para a consolidação do sistema democrático ao desempenhar quatro funções: estimular os cidadãos à participação política; propiciar às pessoas algum nível de controle sobre os eleitos; organizar a competição dos grupos pelo poder político e, por último, estimular as negociações políticas com o intuito de chegar a algum consenso.

Sartori (1982) salienta que os partidos políticos precisam exercer três funções em um sistema político: a canalização, a expressão e a comunicação. Essas características ajudam os partidos a conseguir canalizar os interesses dos diversos grupos sociais nos partidos e a levar essas demandas para a arena política. Os partidos passam a ser canal de expressão desses grupos e comunicação entre o Estado e a sociedade.

A partir dessas funções exercidas pelos partidos políticos, os grupos religiosos adentram a organização interna dos partidos, inserem seus representantes e, a partir disso, utilizam os diversos partidos para atingir suas metas.

Após a redemocratização do Brasil, no final da década de 1980, vários grupos sociais, através dos partidos políticos, foram inserindo seus representantes para que eles pudessem lutar pelos seus interesses na arena política. Como vimos anteriormente, a Renovação Carismática Católica, a cada

⁴ De acordo com Panebianco (2005), a institucionalização organizativa do partido é a consolidação organizativa desta instituição. O partido passa de uma fase inicial, marcada pela fraca e instável estrutura, para um estágio de consolidação estrutural cujo objetivo final é a sobrevivência e a manutenção do partido. Neste modelo, existem três fases, a primeira chama-se gênese, a segunda, institucionalização, e a última, maturidade. Na fase gênese, o partido possui as seguintes características: sistema de solidariedade, modelo racional, ideologia única, incentivos coletivos (movimentos sociais), ampla liberdade de atuação do líder e domínio sobre o ambiente. Chegado à segunda fase, temos a institucionalização – que resultaria na burocratização, divisão do trabalho, rotinização, crescimento de voluntários e estrutura. Estes acontecimentos levam o partido à fase final, com a adoção do sistema de interesses, modelo natural, ideologia difusa (vários objetivos), incentivos seletivos (por categoria), baixa manobra de liberdade do líder e adaptação ao ambiente.

eleição, tem incentivado seus membros a se filiarem aos partidos e disputarem as eleições para os cargos no executivo e no legislativo.

No decorrer destes 30 anos de redemocratização, alguns deputados conseguiram se eleger com o apoio do eleitorado carismático e tiveram importante atuação na arena parlamentar.

2.2 – Propostas Institucionais

Destacamos o projeto de lei apresentado pelo deputado Federal Zimbaldi (PSDB/SP), em 2001, obre a criação do Dia Nacional dos Vicentinos. De acordo com o projeto:

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º – Fica instituído o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

A Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1883, na França por um grupo de jovens cristãs, preocupados em difundir e seguir os mandamentos bíblicos, chamados de os “Vicentinos”, por tomarem como o seu patrono o padre São Vicente de Paulo, conhecido na Igreja Católica como o Pai da Caridade, por sua obra totalmente voltada aos pobres.

O trabalho social e religioso dos Vicentinos, é conhecido no mundo todo, principalmente no Brasil, onde se organizaram em grupos de trabalhos, nas comunidades, paróquias ou bairros, levando ajuda a todos aqueles que deles necessitam, sejam doentes, idosos, desajustados sociais, enfim todos os carentes da palavra de Deus, levando conforto espiritual e ajuda material⁵.

O projeto acima citado, apresentado em 2001, foi aprovado como Lei Ordinária (11536/2007), prevê que, no dia 27 de setembro, seja comemorado o Dia Nacional dos Vicentinos no Brasil. Esta data foi escolhida por ser o dia comemorativo da festa religiosa do beato Padre Antonio Frederico Ozanam, fundador da Associação São Vicente de Paula (Vicentinos). Os Vicentinos constituem uma associação religiosa ligada à Igreja Católica que tem por finalidade ajudar as pessoas de baixa renda. Fundada no século XIX, se espalhou com rapidez por todas as regiões do mundo, constituindo, assim, uma das maiores instituições caritativas católicas. De acordo com os dados emitidos pelo movimento, o Brasil é o maior país vicentino do planeta; aqui, a instituição nasceu em 1872. E conta com cerca de 150 mil voluntários, organizados em 20 mil Conferências. Segundo a coordenação do movimento no Brasil, semanalmente, os vicentinos distribuem mais de 800 mil quilos de alimentos, arrecadados por meio de campanhas junto aos colaboradores, além de remédios, roupas, materiais escolares e utensílios diversos. Com essas doações, a instituição mantém creches, hospitais e orfanatos. Perante uma sociedade como a nossa, que possui diversos problemas sociais, pouca distribuição de renda e poucos investimentos e projetos nas áreas sociais, benefícios. No campo do *marketing*, a Igreja pode

⁵ Salvador Zimbaldi. 5.150/2001. Institui o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

se utilizar da propaganda para ressaltar o seu compromisso com o social, e ser uma parceira com o Estado no combate às desigualdade sociais do Brasil. Isso lhe renderia uma imagem positiva perante as outras instituições religiosas. Em outras palavras, o reconhecimento público do dia 27 de setembro de todo o ano, mesmo não sendo feriado nacional, legitima a ação dos católicos por meio dos Vicentinos.

Para a Renovação Carismática Católica, é interessante a aprovação deste projeto. Por estar inserida em uma Igreja que possui o *status* de caritativa, automaticamente, os carismáticos incorporam tal *status*, e isto pode ser um elemento positivo para a expansão de suas atividades e o desentrelhe burocrático para futuros projetos que necessitem do aval do Estado.

Nesta mesma linha de atuação, o ex-deputado federal Salvador Zimbaldi, em 2001, propõe outro projeto de lei que beneficiaria os católicos. De acordo com o projeto:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1: Fica instituída a proclamação de São Tomás Moro como Patrono dos governantes e políticos brasileiros.

S. S. o Papa João Paulo II afirma, na proclamação feita no último mês de outubro, que “muitas são as razões em favor da proclamação de S. Tomás Moro como Patrono dos Governantes e dos Políticos. Entre elas, conta-se a necessidade que o mundo político e administrativo sente de modelos creíveis, que lhes mostrem o caminho da verdade num momento histórico em que se multiplicam árduos desafios e graves responsabilidades. Com efeito, existem, hoje, fenômenos econômicos intensamente inovadores que estão a modificar as estruturas sociais; além disso, as conquistas científicas no âmbito das biotecnologias tornam mais aguda a exigência de defender a vida humana em todas as suas expressões, enquanto as promessas duma nova sociedade, propostas com sucesso a uma opinião pública distraída, requerem com urgência decisões políticas claras a favor da família, dos jovens, dos anciãos e dos marginalizados.”⁶

O projeto acima foi arquivado em 2004, com o parecer rejeitado pela relatoria, alegando o princípio republicano da laicidade. No entanto a proposta salienta que o Santo Tomás Moro seria intitulado o patrono dos políticos do Brasil. Para os católicos, tal santo já o responsável pela proteção do exercício das pessoas nos cargos políticos. Canonizado em 1935, Thomás Moro, nascido em Londres no século XV, foi escolhido para tal função por ser um homem de estado, diplomata, escritor, advogado e homem de leis – ocupou vários cargos públicos, dentre eles o de Chanceler do Reino de Henrique VIII da Inglaterra.

Como sabemos, até 1889, a Igreja Católica confundia-se com o governo por meio do regime do padroado. Segundo este tratado, era de responsabilidade das autoridades brasileiras a construção de Igrejas, o pagamento de salários dos padres e bispos, o custeamento de suas viagens e a manutenção de suas igrejas, além disso, as leis deveriam ser regidas pelos ditames católicos. Era de responsabilidade dos clérigos assumirem algumas funções que, hoje, são desempenhadas por servidores públicos, a exemplo da organização das eleições, do censo demográfico, do casamento

⁶ Salvador Zimbaldi. 4099/2001. Institui a proclamação de São Tomás Moro como Patrono dos políticos e governantes brasileiros.

religioso (equivalente ao casamento civil), do batismo (equivalente ao registro civil) e da organização dos funerais.

Mesmo com o advento da República – quando, oficialmente, há a separação entre a Igreja e o Estado –, a Igreja Católica continuava a receber vários benefícios das autoridades públicas e, também, influenciar nas suas decisões político-administrativas. Apenas no final da década de 1980, com a redemocratização brasileira, a hegemonia católica é ameaçada em âmbito político. Podemos observar isto pela emergência de outros grupos religiosos na arena política, grupos ligados ao movimento *gay*, feministas, dentre outros, defendendo pautas contrárias àquilo que o catolicismo defende desde a sua criação.

Perante a realidade pluralista e secularizada, a aprovação desse projeto de lei implica na obtenção de um poder simbólico pelos católicos. Ter um santo católico como patrono dos políticos, em geral, no Brasil, implica dizer que o Estado concorda com o modo de fazer política idealizado pela Igreja Católica. A palavra **patrono** significa protetor, defensor, padroeiro, advogado, aquele que cuida e é responsável por algo. Logo, os políticos brasileiros podem se espelhar neste santo para o exercício de seus mandatos.

Para a Igreja Católica, ter um santo como patrono nacional dos políticos brasileiros representa que tal instituição, outra vez, influencia e decide os rumos que tomará a política do país. As leis, o funcionamento do regime político, a atuação dos mandatários, os investimentos financeiros e tudo aquilo que diz respeito à arena política seguiriam os “conselhos” proferidos pelos católicos. Isto significa também um reconhecimento do Estado que este “jeito” de fazer política, conforme as orientações católicas, é melhor que o dos outros credos religiosos, representando, assim, mesmo que em termos ideológicos, uma supremacia do catolicismo sobre outras correntes religiosas.

2.3- Propostas para Saúde

Percebemos que as propostas de projetos de lei na área de saúde estão relacionadas com as melhorias do sistema de saúde nacional – assim, passam a funcionar de acordo com a doutrina católica. Há regras para o funcionamento de clínicas abortivas, orientações sobre como devem se proceder as pesquisas com células-tronco, proibições acerca da reprodução humana, políticas públicas para mulheres que sofreram estupro, incentivo à vacinação contra doenças, assistência psicológica para mulheres que praticaram o aborto e para adolescentes que ficaram grávidas, medidas de combate à pedofilia, incentivo à doação de órgãos e sangue, projetos educacionais nas escolas de prevenção de doenças. Dito de outra forma, os projetos de lei propostos pelos mandatários católicos carismáticos querem mais investimentos no funcionamento do sistema de saúde nacional e políticas públicas para evitar o aborto, a eutanásia, dentre outras práticas.

De acordo com o projeto proposto pelo ex-Deputado Federal Salvador Zimbaldi (PDT/SP), as clínicas de reprodução humana teriam regras rígidas para o seu funcionamento:

A presente lei visa antes de mais nada, a regulamentar o funcionamento das Clínicas de Fertilização e evitar de forma incisiva o comércio negro de células embrionárias. Infelizmente é muito comum pessoas inescrupulosas se beneficiarem de forma criminosa, aproveitando-se de pessoas leigas. No caso em questão, casais que estão tentando realizar o sonho de serem pais. E existe a possibilidade de pessoas desavisadas doarem material para a fecundação de óvulos, visando apenas lucro financeiro. Ademais, estaremos evitando o aborto indiscriminado, que é feito através da chamada redução terapêutica, pois é do conhecimento de todos que a partir da fecundação do óvulo já existe vida pré-concebida.⁷

O projeto tomou uma repercussão tão grande, que foi apensado (acrescido), a um outro projeto já tramitava na Câmara (PL1184/2003), e que ainda está em tramitação na CCJ, sem previsão para deliberação

Neste projeto, fica estabelecido que as clínicas de reprodução humana ficam proibidas de fecundarem óvulos para pesquisas de células-tronco e/ou reprodução terapêutica – cada mulher só poderá ter seu óvulo fecundado uma vez e estará autorizada a fazê-lo apenas com a permissão do Ministério da Saúde. As clínicas que desobedecerem a essa lei serão criminalizadas e deverão pagar multa equivalente a cinco salários mínimos.

O projeto proposto pelo ex-Deputado Federal Salvador Zimbaldi defende que todos os hospitais do país orientem as mulheres que desejam fazer o aborto, nas situações previstas pela legislação, sobre seus efeitos em sua vida e na de seus familiares, além dos métodos usados para este fim. As informações passadas seriam sobre os possíveis efeitos colaterais e psíquicos que a mulher poderia sofrer, esclarecer sobre o serviço de adoção, o direito da presença de alguma entidade religiosa na execução do aborto e o conhecimento sobre o desenvolvimento mês a mês do feto.

Podemos ver que o projeto consiste em desencorajar as pessoas a aderirem à prática do aborto. Para isso, se utiliza da informação – acreditando que muitas mulheres fazem aborto pela falta de instrução – e apresenta alternativas para que o aborto não seja praticado.

Segundo a Igreja Católica, Deus é o criador da vida, desde o seu início até o seu fim. Por isso, ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si o direito de tirar a vida de outro ser humano. Em outras palavras, apenas Deus tem o direito de dar ou tirar a vida de alguém, uma vez que Ele é o criador da vida – constitui-se, portanto, algo sagrado.

Nenhuma mulher tem o direito de escolher sobre a interrupção da gravidez. A fundamentação

⁷ Salvador Zimbaldi. 4889/2005. Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Clínicas de Reprodução Humana.

bíblica para isso está em um dos mandamentos “Não Matarás”. Baseado neste axioma, os clérigos católicos têm feito campanha, junto a seus fieis, na defesa da vida e ao respeito por ela, enfatizando que é na concepção que se dá o início da vida humana.

Vários são os documentos emitidos por autoridades católicas para esclarecer a posição da Igreja sobre o aborto e a punição do fiel que pratica tal ação. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (1982), o católico que pratica o aborto, exceto o aborto natural, está excomungado da Igreja, ou seja, está proibido de participar das atividades da Igreja

A Renovação Carismática Católica tem agido e se manifestado de várias formas para que o aborto não seja aprovado no Brasil. Desde o início da década de 2000 que duas ações têm sido efetivadas pelos carismáticos. A primeira delas é a coleta de nomes, em todo o Brasil, nos abaixo-assinados, para a obtenção de um milhão de assinaturas. Isto permitiria à RCC entrar com um projeto de lei pela criminalização do aborto.

Uma segunda ação é a inserção de projeto de lei, por meio dos seus representantes, nas Câmaras estaduais e federal, com leis que proíbem qualquer iniciativa do Estado em práticas abortivas. No ano de 2005, o ex-deputado federal Osmânio Pereira (PSDB/MG) propôs o seguinte projeto, que novamente não foi aprovado, sendo arquivado em 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Esta Lei regulamenta o art. 226, 7º, da Constituição Federal, dispondo sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso.

§ 5º. É vedada a participação direta ou indireta de quaisquer governos, entidades e organizações estrangeiras ou internacionais em atividades de planejamento familiar, no território nacional, inclusive a prestação de serviços de consultoria ou assessoria, onerosas ou gratuitas, por pessoas que tenham vínculos com organizações e entidade estrangeiras que defendam o controle da natalidade, a esterilização voluntária e o aborto, que sejam por elas patrocinadas.

Ao garantir os direitos individuais fundamentais e invioláveis a todas as pessoas, sem qualquer distinção e, portanto, sem distinguir, tampouco, o estágio da vida em que se encontrem, a Constituição Federal cita, em primeiro lugar, o direito à vida. Fá-lo com toda a lógica, posto que, sem esse direito, que é de todos o primeiro, nenhum sentido teriam os demais.⁸

De acordo com o projeto acima, o Estado puniria qualquer entidade, associação ou pessoa que, por qualquer razão, cometesse o aborto. Ainda é criminalizada qualquer ação que indica qualquer procedimento abortivo, a exemplo de esterilização, controle de natalidade ou mesmo palestras ou anúncios aludindo a sua defesa.

⁸ Osmânio Pereira. 5058/2005. Dispõe sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso.

Os argumentos utilizados pelo deputado para justificar tal projeto estão baseados em argumentos religiosos, como o de que o Estado precisa defender a vida e não tem o direito de interromper qualquer gravidez. De acordo com este pensamento, independente das circunstâncias de vida da mãe ou do feto, cabe ao Estado e à família criar meios para o nascimento e a criação desta criança.

O projeto ainda contempla a questão da eutanásia. A lógica do argumento é a mesma referente ao aborto. O Estado tem como princípio a proteção da vida dos seus cidadãos. Logo, a retirada da vida da pessoa, ainda que com o seu consentimento, é algo que infringe esse pressuposto. Dito de outra maneira, mesmo que o enfermo autorize o fim de sua vida ou a família o autorize por ela, justificando que querem dar fim ao sofrimento, a lei os proíbe, pelo argumento de que tal decisão é contrária à promoção da vida.

A manutenção da criminalização do aborto ou da eutanásia representa a força política que a Igreja Católica, juntamente com outras denominações religiosas, possui no Brasil. Evitar a sua aprovação significa dizer que a Igreja ainda detém algum tipo de influência na organização social do país.

2.4 – Conclusão sobre as projetos de lei

Analisando os projetos de lei propostos pelos deputados selecionados ligados à Renovação Carismática Católica, podemos observar que a maioria desses projetos de lei não beneficia apenas aos carismáticos, mas à Igreja como um todo. Dos vários projetos investigados, vários deles tentam garantir a presença católica e sua doutrina nos diversos setores da sociedade e, assim, recuperar a supremacia desta instituição na esfera pública e entre a população brasileira. Percebemos isso nos projetos que proíbem práticas abortivas, eutanásia, pornografia, censura à sexualidade nos meios de comunicação, pesquisa de células-troncas e medidas para coibir a violência.

Podemos perceber que os deputados estão diluídos em vários partidos políticos. Através das análises dos seus projetos, independente das propostas defendidas por esses partidos, os congressistas vinculados à RCC propõem projetos com benefícios nítidos à Igreja Católica.

Concluimos que os deputados federais oriundos da RCC vêem a Igreja Católica como a única instituição capaz de recuperar os valores da família, liberdade e igualdade entre os grupos. Dito de outra forma, as idéias proferidas pelos representantes católicos e elaboradas nos projetos de lei são vistas como “remédios” para uma sociedade doente, desvirtuada de valores morais e conservadores.

Considerações Finais

Ao longo dos capítulos, pudemos perceber que, a cada eleição, a Renovação Carismática Católica tem incentivado os seus membros a participarem das eleições para cargos no executivo e legislativo e, em alguns pleitos, vem obtendo votações expressivas.

Como vimos no capítulo 1, a inserção dos carismáticos católicos na arena política brasileira teve início no começo da década de 1990, logo após a redemocratização e a formulação da Constituição de 1988, com a eleição do ex-Deputado Federal Osmânio Pereira (PSDB/MG).

Com a diminuição da censura, a volta do multipartidarismo, a garantia do exercício das diversas formas de liberdade, a garantia, por lei, de tratamento isonômico para todos os grupos sociais e, enfim, a conquista de direitos para o cidadão brasileiro, vários grupos sociais viam, na participação política partidária, uma maneira de garantir seus interesses na política e, assim, legitimar o seu grupo. Podemos observar isto com os evangélicos, sobretudo os pentecostais. Esse setor foi obtendo constante crescimento no número de fiéis, procurando a expansão de suas Igrejas e combatendo a influência do catolicismo na esfera pública, porque vê, no sistema político, um meio para conseguir tais objetivos.

No tocante à Igreja Católica, em toda a história política brasileira, os católicos sempre se mantiveram em uma situação confortável. Até a Constituição de 1891, no advento da república, eles gozavam de privilégios previstos por lei, constituindo, assim, quase o monopólio religioso e evitando a concorrência com outras Igrejas.

Ao longo do século XX, com o processo de secularização, modernização, democratização, expansão do ideário comunista, o ateísmo e a conquista do exercício da liberdade de expressão e religiosa pelos grupos sociais, as pessoas começaram a romper com o catolicismo e procurar outros credos religiosos que se adequassem aos seus interesses.

Para combater a expansão dos seus concorrentes religiosos, a Igreja Católica se viu na obrigação de mudar a sua forma de se relacionar com a sociedade. O ápice disso foi o Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual os bispos do mundo inteiro definiram que a Igreja deveria dar mais espaço para a participação das pessoas nas atividades promovidas pelos clérigos e incentivaram os trabalhos com as camadas mais pobres.

A partir disso, vários movimentos conservadores e progressistas surgiram, com a iniciativa dos membros católicos, e começaram a ganhar espaço na sociedade e a simpatia de muitos padres e bispos, sobretudo, na América Latina. Podemos citar o exemplo da Teologia da Libertação, nascida na década de 1960 e tendo como principal líder Leonardo Boff. Tal corrente de atuação, influenciada por pressupostos marxistas, tinha como objetivo diminuir as desigualdades sociais surgidas com o sistema capitalista.

Com o início do Pontificado do Papa João Paulo II (1978-2005), a ala conservadora ganha destaque e todas as iniciativas progressistas são desencorajadas ou, inclusive, proibidas; vários documentos foram publicados pelo Vaticano proibindo ou reorientando os grupos ligados à Teologia da Libertação que parassem suas atividades ou mudassem a forma de trabalhar. Neste contexto, a Renovação Carismática Católica, movimento de cunho conservador, ganha incentivo por parte de algumas alas do clero católico e torna-se a aposta para combater a ala progressista e o crescimento de outros grupos religiosos. A RCC chega, no Brasil, na década de 1970 e, nos dias atuais, já conta com milhões de participantes.

A RCC constitui, hoje, uma das poucas iniciativas católicas que conseguem realizar eventos que reúnem milhares de pessoas, detém a propriedade de diversos meios de comunicação (como a TV Canção Nova e a TV Século 21) e, para aumentar o seu poderio, no Brasil, insere seus integrantes nos diversos cargos políticos, com o intuito de expandir suas atividades e propor projetos de lei ligados à moralidade católica, atividade semelhante à de alguns grupos evangélicos.

Podemos perceber que, além de interesses internos dos carismáticos na participação política, isto traz benefícios para toda a Igreja Católica. Seus representantes nos cargos do executivo e legislativo conseguem manter a presença católica na política nacional e ainda buscam recuperar a supremacia católica na sociedade ameaçada pelos religiosos pentecostais.

A região Sudeste concentra a maioria dos políticos eleitos, o que, ao menos, em parte, pode ser explicado pela maior concentração dos carismáticos nessa região, pelo maior número de dioceses e católicos nesses estados e pela tradição política católica.

Percebemos, ainda, que a RCC não apoia qualquer um dos seus membros. Os escolhidos para o processo eleitoral são os que já são lideranças em nível nacional, estadual ou regional, e que já exerciam cargos de liderança na burocracia da estrutura da Igreja. Vimos que participar da coordenação de algum trabalho da RCC favorece a divulgação do candidato junto ao público, o que tem redundado em uma espécie de trampolim para a arena política, aliado as suas habilidades pessoais.

No plano político partidário, concluímos que houve uma predileção por partidos de centro e direita, apesar de expressiva participação dos carismáticos no Partido dos Trabalhadores (PT). Isto pode ser explicado pela identificação das lideranças da RCC com esses partidos. Historicamente, os partidos de direita e centro defendem ou dão abertura para que seus filiados defendam medidas conservadoras. A RCC, por ser caracterizada como uma instituição com ideários conservadores, vê espaço para atuação nestes partidos. A explicação da relação com o PT merece uma explicação à parte, mas devido aos limites do trabalho desenvolvido, será projetada para desenvolvimento em outro estudo.

Analisamos os projetos de lei dos deputados federais, percebemos que muitos projetos beneficiam a Igreja Católica como um todo e não apenas à RCC. Existem propostas de lei que proíbem

métodos abortivos, pornografia, eutanásia, pesquisa com célula-tronco, censura nos meios de comunicação, que combatem os direitos dos homossexuais e são contra a violência. Outros projetos tentam buscar benefícios sociais para as diversas categorias profissionais e incentivo fiscal para as atividades turísticas católicas. São projetos que contribuem para a Igreja Católica defender tanto seus princípios morais quanto propagar seu sistema de crenças, influenciando, assim, as diversas esferas para permanecer como a religião dominante no Brasil.

O incentivo dos clérigos católicos para os leigos carismáticos participarem da política constitui-se uma forma de a Igreja Católica ainda se fazer presente nos diversos setores do Brasil. Algumas pesquisas apontam que, no início do século XXI, segundo o censo de 2010, o número de pentecostais já estava em torno de 22,2% da população e 64,6% era católica. Nesses números, estão registrados aqueles que se identificam como filiados a alguma crença religiosa e que não, necessariamente, frequentam tal instituição – neste sentido, concluímos que o número de católicos praticantes dever ser ainda mais baixo.

Esses números têm preocupado o clero, que, para tentar reverter o quadro, além do incentivo dos seus participantes na política, procura inserir padres e leigos nos meios de comunicação. Padres como Marcelo Rossi, Reginaldo Manzotti, Fábio de Melo, Antônio Maria e Zezinho, têm gravado canções católicas em gravadoras de circulação nacional para tentar atrair novos públicos. As missas ganharam mais dinamicidade e participação ativa das pessoas, houve iniciativas de trabalho com jovens, crianças e com as famílias. Inúmeros projetos sociais foram iniciados. Tudo isso são ações promovidas pela Igreja Católica na tentativa de reverter o seu declínio, iniciado na metade do século XX.

O atual Papa Francisco tem se preocupado com a questão numérica de católicos em torno do mundo. Estudos têm demonstrado um crescimento significativo do número de islâmicos e pentecostais e um desinteresse das pessoas pelas práticas católicas. Aliado a isso, o Papa tem enfrentado duras críticas dos grupos não religiosos: foi taxado de conservador, retrógrado e atrasado perante as circunstâncias da modernidade vivenciada pela sociedade. O *boom* de casos de pedofilia ligados a padres e bispos que se envolveram sexualmente com crianças e que foram denunciados pela mídia tem afastado muitas pessoas da Igreja e contribuído para aumentar a imagem negativa dos católicos no mundo.

Percebemos que, em meio a essas dificuldades enfrentadas pelos católicos, os movimentos pastorais, as mídias católicas e todos aqueles que possuem um vínculo com esta instituição têm tentado reafirmar seus valores e traçado novas estratégias para atrair novamente as pessoas para suas atividades. Verificamos, em fim, que a Renovação Carismática Católica, ao buscar ser mais plural e inclusiva, popularizando as missas e atividades religiosas e inserindo seus representantes na arena pública, teve papel importante para a Igreja Católica alcançar seus objetivos mais gerais.

Referencias Bibliográficas

BURITY, Joanildo. **Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica**. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino- americano de Religião e Etnicidade, promovido pela Associação Latino-americana para o Estudo das Religiões, Pádua, Itália, 27 jun.-5 jul, 2000.,

CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática**: origens, mudanças, tendências. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CARRANZA, Brenda & CAMURÇA, Marcelo & MARIZ, Cecília. **Novas Comunidades Católicas**: busca de espaços na pós-modernidade. São Paulo: Editora Santuário, 2009..

DALH, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

Dahl, Robert A. Sobre a democracia. Brasília : Editora Universidade de. Brasília, 2001

JURKEVICS, Vera Irene. RCC: Reencantamento do mundo. Revista **História: Questões & Debates**. Curitiba, 2004.

KINZO, M. D'Alva. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

_____. Lumen Gentium: **Constituição Dogmática sobre a Igreja**. 9 ed. São Paulo, Paulinas, 1990

MACHADO, Maria das Dores Campos & MARIZ, Cecília Loreto. Conflitos Religiosos na Arena Política: O Caso do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 6, n. 6, outubro de 2004.

MANIN, Bernard. **Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MIRANDA, J. **Carisma, sociedade e política**: novas linguagens do religioso no político. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NASCIMENTO, Marizete Martins. **Fé e Política**. São Paulo: RCC, 2006.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.53. 2003.

OZAÍ, Silva. Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR). **Revista Espaço Acadêmico**. Ano 8, Maringá: UEM, 2007.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partidos**. Madri: Fundo de Cultura Econômica, 2005

PRANDI, Reginaldo; **Um Sopro do Espírito**; São Paulo: Edusp; 1998; 2ª Ed

SARTORI, G. **Partidos e sistemas Partidários**. Brasília: Ed.UnB, 1982.


SSVP – Site Oficial Sociedade São Vicente de Paulo. Disponível em www.ssvpbrasil.org.br. Acesso em 27 de Novembro 2019.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA e de RESPONSABILIDADE

Eu, **RAFAEL FERNANDO NOVAKOSKI**, declaro, para fins de submissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) / Monografia do Curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é **original, inédito e não foi objeto de submissão**, no presente momento, a nenhum periódico, apostila, curso, material didático, ou qualquer outra forma que o tire do ineditismo e originalidade.

Declaro também, na qualidade de autor do manuscrito / trabalho científico “**A participação dos Católicos Carismáticos na Política Brasileira**”, que participei da construção e formação deste estudo, e assumo a responsabilidade pública pelo conteúdo deste.

Curitiba, PR; 28 de Novembro de 2019.


Rafael Fernando Novakoski
CPF: 044.928.669-06